



Aprovadas MPs que destinaram recursos para Olimpíada do Rio

Medidas provisórias liberaram R\$ 2,9 bilhões para governo fluminense pagar despesas extras trazidas pelos Jogos, como gastos com segurança

O Plenário do Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que permitiram ao estado do Rio de Janeiro receber da União R\$ 2,9 bilhões para pagar despesas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, realizados em agosto e setembro.

Durante a sessão de votação das MPs, senadores argumentaram que a mesma ajuda federal deveria ser oferecida a outros estados que enfrentam dificuldades econômicas. Eles lembraram que está em análise no Congresso o projeto que repactua as dívidas estaduais e alertaram para a situação econômica precária dos estados. **3**



Moreira Moritz/Agência Senado

Humberto Costa e Renan Calheiros na sessão de ontem: uma das medidas provisórias seguiu para sanção presidencial e a outra será promulgada pelo Congresso



Moreira Moritz/Agência Senado

Resultado da votação de vetos feita na sessão suspensa ontem ainda será apurado

Congresso deve concluir hoje votação de destaques à LDO

O Congresso retoma hoje, às 14h, a sessão suspensa ontem à noite por falta de quorum de deputados. Sete vetos presidenciais foram votados, restando os destaques, mas ainda não houve apuração dos

resultados. Estão também na pauta três destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e 11 projetos de abertura de crédito suplementar, entre eles o do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). **3**

Presidente do Banco Central defende contenção de gastos

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou ontem no Senado que, apesar dos sinais de estabilização da economia, o Congresso precisa aprovar os projetos de ajuste fiscal

apresentados pelo governo, como o que limita o crescimento dos gastos públicos pelos próximos anos ao índice de inflação. Ele disse que ainda não há data para os juros começarem a cair. **4**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, fala na Comissão de Assuntos Econômicos

Governadores pedem socorro financeiro federal **2**

Ex-ministro das Comunicações presidirá Anatel **7**

Omã e Mianmar terão novos embaixadores **7**

Táxi-aéreo quer mudanças na lei para sobreviver **6**

Avança texto que reforça tropas da Força Nacional **6**

Outubro tem eventos para alertar contra câncer de mama

Foi lançada ontem no Congresso a campanha Outubro Rosa, que, há dez anos no Brasil, busca chamar a atenção para o diagnóstico precoce e a prevenção do câncer de mama. Durante o mês, estão programadas audiências públicas, oficinas e exposições. Uma mostra fotográfica já foi aberta ontem. O prédio do Congresso também ficará iluminado em cor-de-rosa. **2**



Ano Voipe/Agência Senado

Senadoras Vanessa e Marta (2ª e 3ª à dir.) participam da abertura da campanha

PEC da reforma política vai a voto em novembro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a proposta que acaba com coligação em eleição proporcional e cria cláusula de barreira será votada pelo Plenário em 8 de novembro. Hoje haverá reunião entre líderes da Câmara e do Senado sobre a reforma política. **5**

Convenções antirracismo têm apoio no Senado

Ratificação de duas convenções da Organização dos Estados Americanos contra o racismo e a discriminação foi solicitada ontem por representantes da sociedade e de movimentos sindicais, em audiência na CDH. O Congresso ainda não recebeu os textos. **8**

Governadores querem apoio do Senado na busca por verba

Em reunião com Renan ontem, eles pediram que senadores intervenham para que estados consigam ajuda financeira do governo federal. Falta dinheiro para pagar salários e manter serviços, alegaram

OS GOVERNADORES DAS Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem que o Senado intervenha para que o governo federal libere auxílio financeiro. Representantes desses estados se reuniram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores.

O governador de Mato Grosso, Pedro Taques (PSDB), explicou que, apesar de reconhecerem a importância do ajuste fiscal da União, não haverá desenvolvimento no país sem que os estados também possam se desenvolver.

— O que desejamos é que a União nos ajude neste momento, porque já fizemos nosso dever de casa e precisamos dessa ajuda de forma emergencial. Os estados não passam hoje de departamentos da União. São autarquias que dependem do



Estados precisam de ajuda emergencial, dizem governadores a Renan (2º à esq.)

governo federal. Isso não é uma Federação, é uma submissão.

Taques disse que 20 estados estão com dificuldades para pagar salários. Isso significa a paralisação de políticas públicas, como segurança, saúde e educação, afirmou. O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg

(PSB), acrescentou que os senadores têm capacidade de articulação e podem ajudar na busca de alternativas de apoio financeiro aos estados.

Ficou acertado no encontro que Renan e os demais parlamentares intermediariam uma reunião entre os governadores e a Presidência da República.

Jovens senadores de 2016 serão conhecidos hoje

Serão divulgados hoje os nomes dos 27 estudantes finalistas do concurso nacional de redação do Projeto Jovem Senador 2016. Os estudantes selecionados viajarão a Brasília, no período de 28 de novembro a 3 de dezembro, para atuar como jovens senadores, com direito de propor projetos de lei e participar de reuniões nas comissões e sessões do Plenário. Eles serão acompanhados pelos professores orientadores das redações.

Organizado anualmente pela Secretaria-Geral da Mesa, pela Secretaria de Comunicação Social e pela Consultoria Legislativa do Senado, o programa tem por objetivo estimular os estudantes do ensino



Comissão julgadora do concurso seleciona a melhor redação de cada estado

médio de escolas públicas dos estados e do Distrito Federal a refletir sobre política, democracia e exercício da cidadania.

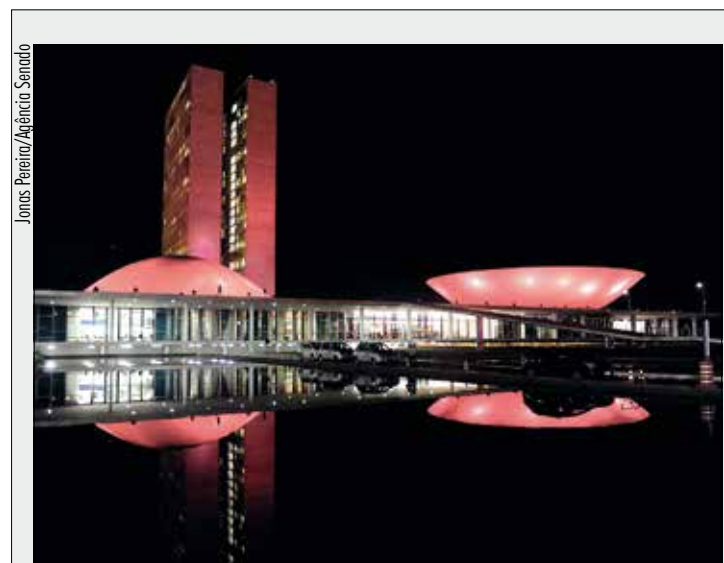
Nessa última etapa do programa, uma comissão julgadora analisou 81 redações, três de cada unidade da Federação, escolheu as finalistas e classificou as três

primeiras colocadas. Antes, coube às secretarias estaduais de Educação a definição dos três melhores textos de cada unidade da Federação. O tema deste ano foi “Esporte: educação e inclusão”.

Saiba mais sobre o projeto: www.senado.leg.br/jovensenador

Vanessa destaca ações de prevenção ao câncer de mama

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou em discurso o início, no Congresso, de uma série de eventos alusivos à campanha Outubro Rosa, que busca chamar a atenção dos brasileiros para a importância da prevenção do câncer de mama. A senadora lembrou que o Congresso já aprovou várias medidas em benefício da portadora de câncer de mama e ressaltou a importância do diagnóstico precoce, que aumenta as chances de cura.



O edifício do Congresso Nacional ganhou iluminação cor-de-rosa. A ação integra a campanha Outubro Rosa, que busca chamar a atenção para a importância de prevenir o câncer de mama. A campanha teve lançamento ontem no Congresso. Durante todo o mês, estão programados diversos eventos no Senado, como exposições, oficinas e audiências públicas sobre prevenção e enfrentamento da doença.



Gilmar Mendes fala no encontro que debateu gargalos no setor de transporte

Crise agrava desafios para melhoria da infraestrutura do país, aponta painel

Apesar da crise atual e da precariedade que há anos atinge a logística de transporte do país, é preciso tratar o tema com obstinação e sem perder a esperança, disse ontem o presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, senador Wellington Fagundes (PR-MT), na segunda edição do Painel ILB Infraestrutura de Transportes e Logística: desafios e perspectivas.

O painel reuniu representantes do setor público, da iniciativa privada e do Legislativo para discutir o diagnóstico sobre os problemas e perspectivas do setor. Entre os participantes, estavam os ministros dos Transportes, Maurício Quintella, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Mendes destacou que a segurança jurídica é fundamental para atrair o capital privado, nacional ou estrangeiro, sobretudo numa área em que os investimentos são

de longo prazo. Para ele, o que foi feito no governo passado no setor elétrico é o exemplo do que não fazer.

Quintella traçou um duro cenário da crise vivida pelo país e disse que, para reverter esse quadro, o principal instrumento é a retomada do crescimento, principalmente na área de infraestrutura, apesar da queda no orçamento. Será preciso priorizar obras e buscar parcerias, afirmou:

— Precisaremos de R\$ 77 bilhões para rodovias, R\$ 35 bilhões para concluir obras do PAC, e o dinheiro não existe.

Ressaltando que o Senado tem atuado para melhorar o setor, Renan afirmou que o Brasil será castigado se insistir na “imprevidência” de aplicar apenas 0,6% do PIB em transporte e logística, enquanto a média mundial de investimento é de 1,2% do PIB. O Brasil investe metade disso, o que, em médio e longo prazos, vai gerar prejuízos irreversíveis à economia do país, lamentou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS** **Protesistas ortopédicos**
9h A comissão pode votar o PLC 121/2015, que regulamenta as profissões de protesista e ortesista ortopédico, e mais 9 itens.
- CDR** **Aviação regional**
9h Audiência sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.
- PRESIDÊNCIA** **Reforma política**
10h Renan Calheiros recebe o ministro da Defesa, Raul Jungmann; às 11h, reunião sobre a reforma política; às 13h, ministros do TCU; às 14h, sessão do Congresso; às 15h, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski; e às 16h, dirige a ordem do dia.
- CCJ** **Conselho Nacional de Justiça**
10h A comissão sabatina dois indicados para o CNJ. Depois, pauta com 32 itens.
- CDH** **Processo de adoção**
11h Na pauta, estão o PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, e mais 20 itens.
- MP 735/2016** **Privatizações elétricas**
11h30 Análise de relatório da medida provisória que facilita privatizações no setor elétrico.

- PLENÁRIO** **Divida pública**
14h O primeiro item da pauta de votações é o PLS 204/2016 — Complementar, que trata da cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.
- CONGRESSO** **LDO 2017**
14h A análise dos destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 e a liberação de recursos para os alunos que participam do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) estão na pauta.
- AGENDA BRASIL** **Jogos de azar**
14h30 A comissão especial analisa o PLS 186/2014, sobre a exploração de jogos de azar.
- MP 739/2016** **Previdência Social**
14h30 Análise de relatório da medida provisória que altera regras dos benefícios da Previdência Social.
- MP 742/2016** **Voz do Brasil na Olimpíada**
14h30 Análise de relatório da medida provisória que flexibilizou o horário da Voz do Brasil durante os Jogos Olímpicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova MPs de auxílio ao Rio de Janeiro

Medidas provisórias socorreram o estado com R\$ 2,9 bilhões para despesas com Olimpíadas. Senadores cobraram ajuda federal para outros estados que também pedem recursos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que possibilitaram que o estado do Rio de Janeiro recebesse da União um auxílio de R\$ 2,9 bilhões para as Olimpíadas. A MP 734/2016 determinou o repasse. A de número 736/2016 abriu crédito extraordinário.

O dinheiro foi usado para apoiar o governo fluminense nos gastos com segurança pública nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos — Rio 2016. O valor foi liberado em parcela única. As competições aconteceram em agosto e setembro, respectivamente.

Na mensagem enviada ao Congresso, o governo federal argumentou que a arrecadação do Rio de Janeiro sofreu uma queda brusca, tornando “agudo” o quadro de “contração de receitas”. Também lembrou que a segurança em grandes eventos, como os ocorridos no Rio, é importante para o turismo e para o país.

O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que outros es-

tados, como o Ceará, também enfrentam dificuldades econômicas. Por isso, defendeu que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebam, do mesmo modo, apoio da União.

— Eu entendo que devemos ajudar os estados ricos, mas sem virar a cara para as regiões mais pobres — afirmou Pimentel.

Dívidas estaduais

Otto Alencar (PSD-BA), por sua vez, afirmou que o projeto que renegocia as dívidas estaduais não contará com o apoio dos senadores do Nordeste se o governo federal não reservar uma especial atenção aos estados nordestinos.

— Quero conclamar os senadores do Nordeste (são 9 estados e 27 senadores): não deve passar aqui a renegociação da dívida sem que se atendam os nordestinos. Isto é uma coisa insuportável: que 27 senadores não possam levantar uma bandeira e dizer “chega!” — declarou.

Aprovada na Câmara no



Renan (C) e Jorge Viana na sessão de ontem: aprovação das MPs motivou debate sobre renegociação de dívidas estaduais

final de agosto, a proposta que repactua as dívidas estaduais prevê o alongamento por 20 anos para o pagamento dos débitos dos estados e do Distrito Federal com a União, se eles cumprirem medidas de restrição fiscal, como limitar o crescimento das despesas primárias à variação do IPCA.

O PLC 54/2016 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator é Armando Monteiro (PTB-PE).

Jorge Viana (PT-AC), Fátima Bezerra (PT-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Roberto Muniz (PP-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Hélio José (PMDB-DF), Elmano Férrer

(PTB-PI), Humberto Costa (PT-PE) e Ana Amélia (PP-RJ) também alertaram para a situação econômica precária dos estados.

A MP 734, aprovada sob a forma de projeto de conversão, seguiu para a sanção presidencial. A MP 736 será promulgada pelo Congresso.



Após votar 7 vetos, Congresso suspendeu sessão de ontem por falta de quorum

Congresso conclui hoje a votação de destaques à LDO para 2017

A sessão do Congresso da noite de ontem foi suspensa por falta de quorum por parte dos deputados e será retomada hoje às 14h. A votação dos sete vetos previstos na pauta foi concluída, restando os destaques, mas ainda não houve apuração dos resultados.

Na pauta da sessão estão também três destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e 11 projetos de abertura de crédito suplementar, entre eles o do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no valor de R\$ 1,1 bilhão.

O texto principal da LDO (PLN 2/2016) foi aprovado pelo Congresso em 24 de agosto. Entretanto, ficaram pendentes de votação três destaques. Dois deles têm o objetivo de evitar que os recursos orçados para a área

de ciência e tecnologia em 2017 sejam bloqueados. O terceiro suprime dispositivo do relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) que permite ao governo alterar em até 20% a composição da carteira de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo já se posicionou contra o destaque.

Entre os vetos analisados ontem, está o VET 30/2016 ao dispositivo da Lei 13.319/2016 que impede o aumento do limite de participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. Os vetos de números 31 ao 35 foram a trechos de projetos sobre reajustes de diversas carreiras, e o VET 36/2016 recai sobre os artigos da lei do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb) que permitiam descontos no PIS-Pasep e na Cofins.

Senadores manifestam solidariedade a Cristovam

Vários senadores manifestaram solidariedade a Cristovam Buarque (PPS-DF) durante a sessão de ontem no Plenário. Eles reagiram à colocação de cartazes apócrifos, na região da escola das netas do senador, em Brasília, que chamavam Cristovam de “vovô golpista”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ter orgulho do colega e definiu Cristovam como um dos melhores quadros políticos do país. Renan disse que o Senado deve repelir qualquer manifestação de violência e intolerância contra qualquer senador.

— São poucos os políticos do Brasil com a estatura e com rol de serviços prestados ao país — declarou Renan.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) expressou solidariedade a Cristovam e lamentou a intolerância com a divergência de pensamento. Reguffe (sem partido-DF) definiu Cristovam como um homem honesto e

íntegro. Ele disse que é triste o momento em que as pessoas são agredidas por causa de uma opinião.

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a honra de Cristovam é inatacável, por isso tentaram atingir a família.

— Procuraram atingir o que há de mais sagrado no coração do senador. Quem é avô sabe o que isso significa — lamentou.

Rose de Freitas (PMDB-ES) pediu uma reação do Senado, com atitudes que busquem o fim da impunidade.

Jorge Viana (PT-AC) elogiou a iniciativa “suprapartidária” de solidariedade no Plenário. E Lídice da Mata (PSB-BA) disse que as agressões não podem ser admitidas com senadores nem com quem não é político.

Tolerância

Eduardo Braga (PMDB-AM) fez uma defesa da democracia. E Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou o ocorrido, informando que também foi

agredido no aeroporto de Aracaju (SE), por ter votado a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Regina Sousa (PT-PI) prestou solidariedade a Cristovam e lembrou que ela própria foi vítima de ataques. A senadora contou que durante seu discurso no dia da votação do impeachment, em 31 de agosto, a jornalista Joyce Hasselmann fez uma transmissão on-line chamando a parlamentar de “semianalfabeta e cretina”. Regina vai tomar medidas judiciais contra a jornalista.

Antonio Anastasia (PSDB-MG), Ronaldo Caiado (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN), José Aníbal (PSDB-SP), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Simone Tebet (PMDB-MS) destacaram a história e a integridade de Cristovam.

Raimundo Lira (PMDB-PB), Edison Lobão (PMDB-MA), Roberto Muniz (PR-BA), Hélio José (PMDB-DF), José Medeiros (PSD-MT), João Capiberibe (PSB-AP), Aécio Neves (PSDB-MG) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestaram apoio ao senador.

Cristovam agradeceu “em nome das duas netas” e disse que a manifestação de tolerância dos senadores é uma amostra do modo de como deve ser feita a política. Ele se solidarizou com outros senadores que também foram vítimas de hostilidades.

— Precisamos de tolerância, para todos os lados — pediu.



Cristovam (E) ouve Rose de Freitas cobrar reação do Senado contra agressões

Para BC, ajuste fiscal trará confiança ao país

Ilan Goldfajn afirmou no Senado que já há sinais de estabilização da economia nacional, mas reforçou que crise só será superada após Congresso Nacional aprovar reformas

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, afirmou que, apesar de a economia brasileira dar sinais de estabilização, ainda há problemas a serem superados. Por isso, ele defendeu a aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo.

— É fundamental perseverar nos ajustes e na reforma da economia brasileira para reduzir as incertezas, oferecendo perspectiva de crescimento sustentável e inflação baixa e estável ao longo do tempo — disse ele ontem, numa audiência organizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Goldfajn atribuiu a responsabilidade maior pela crise que o país enfrenta ao elevado crescimento dos gastos públicos nas últimas décadas. Ele afirmou que as despesas do governo federal subiram anualmente 6% acima da inflação desde 1980.

— Uma economia que tem gastos crescendo acima da inflação por décadas é uma economia que precisa lidar com o crescimento dos gastos. Se a gente não entender isso nem depois da crise, nós temos um problema.

A afirmação foi em resposta à presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que havia criticado o diagnóstico e o tratamento do atual governo para a crise fiscal. Para Gleisi, o que levou ao descontrole fiscal recente não foi o aumento de gastos, mas sim a forte queda da arrecadação, por causa das desonerações fiscais e da própria retração econômica.

A audiência foi marcada por fortes debates entre representantes da oposição e apoiadores do governo. Tasso



O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, fala em audiência pública conduzida pela senadora Gleisi Hoffmann

Jereissati (PSDB-CE) disse que os argumentos econômicos dos opositoristas se baseiam em teses econômicas que serviram para desorganizar o país, motivando a situação catastrófica agora enfrentada.

Juros

Houve seguidas críticas da oposição à manutenção dos juros básicos da economia ainda acima de 14% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central. Como a inflação está em queda, disse Lindbergh Farias (PT-RJ), na prática o Copom está aumentando os juros reais, quando ao redor do mundo os juros chegam a ser negativos.

— Estamos numa recessão do tamanho do mundo, e a saída de vocês [governo] é aumentar os juros e cortar gastos — reclamou.

O presidente do BC afirmou que os juros poderão cair à medida que forem solucionadas várias questões estruturais na economia, por meio de

reformas que estão em análise, como o teto vinculado à inflação para o crescimento dos gastos públicos.

Para ele, com as questões estruturais da economia resolvidas, o país poderá ter juros menores, o que ajudará também a resolver a questão do câmbio de modo permanente.

Goldfajn citou sinais de melhora na economia. A produção industrial, por exemplo, interrompeu uma sequência de cinco semestres consecutivos de retração e os indicadores de confiança de empresários e consumidores têm crescido há alguns meses.

Ao mesmo tempo, o presidente do BC afirmou que o aumento da taxa de desemprego e as perdas no rendimento real dos trabalhadores não cessaram. Para enfrentar os desafios, ele afirmou ser crucial a retomada da confiança por meio das reformas fiscais.

O investimento em infraestrutura também foi apontado por Goldfajn como relevante à

eficiência econômica. Ele explicou que esses investimentos têm efeito multiplicador:

— Ao reduzir os custos e os riscos das atividades produtivas, aumenta-se o retorno esperado dos outros investimentos na economia.

Inflação

Goldfajn afirmou que a melhor forma de retomar o crescimento econômico é controlar a inflação. Ele afirmou que a evolução dos preços mostra um processo de desinflação em curso e que há perspectivas de isso permanecer.

— Temos conduzido a política monetária com a prudência que o momento requer, de forma a garantir uma desinflação sólida e uma recuperação sustentável ao mesmo tempo.

Ele explicou que as expectativas de inflação se encontram atualmente em 5,1% para 2017 e a meta perseguida para o mesmo ano é de 4,5%.

— Reafirmo o compromisso do Copom com o controle da

inflação em todo o horizonte relevante para a política monetária — ressaltou.

Goldfajn também afirmou que o país precisa aproveitar o atual período favorável às economias emergentes no cenário internacional. Segundo ele, esse período oferece condições de financiamento aos países emergentes e alguma recuperação da atividade global.

— Precisamos aproveitar a janela de oportunidade proporcionada pelo interregno benigno no cenário global e fazer os ajustes necessários.

Esse interregno benigno é um intervalo de tempo positivo para as economias emergentes situado entre dois períodos ruins. Isso porque, segundo Goldfajn, o ritmo de crescimento da economia global não é forte o suficiente para a retirada dos estímulos monetários nas principais economias nem é fraco o bastante para diminuir a demanda por bens ou causar a fuga de capital dos mercados considerados mais arriscados.

— Embora ainda existam incertezas sobre o crescimento da economia global, especialmente sobre a normalização das condições monetárias nos EUA, não é provável que esse ambiente favorável dure muito tempo. À medida que o tempo passa, o crescimento das economias avançadas ganhará atenção — disse Goldfajn.

Ele afirmou que o BC vai contribuir com a redução prudente e sustentável do custo de crédito, o aumento da eficiência do sistema financeiro, a cidadania financeira, especialmente nos aspectos de educação e proteção, e a modernização do marco legal do Banco Central.

Para Ana Amélia, teto de gastos não prejudica educação e saúde

Ana Amélia (PP-RS) apontou a necessidade de amplas reformas para que o futuro do país não seja comprometido e os jovens não sejam prejudicados. A senadora defendeu especialmente a fixação de limite de gastos públicos e rebateu os que dizem que essa limitação vai prejudicar setores como educação, saúde e segurança. Ela pediu a aprovação da PEC 241/2016, que estabelece um teto para os gastos da administração pública.

Após lembrar que o PT alega ter investido muito nesses setores, Ana Amélia indagou se os brasileiros estão satisfeitos com os resultados desses gastos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Proposta de Michel Temer ataca direitos sociais, critica Ângela

Ângela Portela (PT-RR) criticou a proposta do governo que limita os gastos públicos por 20 anos, sob o argumento de que o congelamento de gastos “ataca o cerne dos direitos sociais, como saúde e educação”. A senadora citou estudos que revelam que, se essa regra já estivesse valendo, na última década a saúde teria recebido R\$ 250 bilhões a menos; a assistência social, R\$ 430 bilhões a menos; e a educação, R\$ 450 bilhões a menos.

— Foram esses recursos obrigatórios que permitiram avanços importantes no nível de escolarização da população e na cobertura da saúde em todo o país.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Chaves: Fies deve ser visto como programa de Estado, não de governo

Pedro Chaves (PSC-MS) defendeu a aprovação do projeto que libera mais de R\$ 1 bilhão para a realização do Enem e para o pagamento de despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). De acordo com o senador, mais de 2 milhões de estudantes universitários dependem do Fies para pagar a mensalidade da faculdade.

— Estamos tratando de um programa de Estado, e não de governo. Em virtude do interesse nacional envolvido, conclamo os pares de forma suprapartidária.

Ele alertou para o fraco desempenho dos ensinos fundamental e médio revelado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos últimos anos.

Fátima diz que reforma do ensino não pode ser por medida provisória

“Passadas as eleições, temos agora o desafio de enfrentar o pacote de maldades imposto pelo governo Michel Temer ao povo brasileiro”, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN).

Ela criticou o fato de o governo ter enviado ao Congresso a reforma do ensino médio por meio de medida provisória, o que, segundo a senadora, impede o debate adequado.

— É verdade que o ensino médio apresenta problemas, mas não é pela via autoritária de uma medida provisória impositiva, que restringe o debate, que vamos em busca das alternativas para melhorar a qualidade do ensino médio brasileiro.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Segundo Romário, é erro retirar educação física das escolas

Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão de Educação (CE), disse que a reforma do ensino médio é necessária, mas lamentou que o governo Temer tenha proposto as mudanças por meio de medida provisória, pois entende que isso prejudica o debate.

A seu ver, as mais de 560 emendas apresentadas à MP demonstram que os parlamentares estão atentos ao assunto e que não há unanimidade. Romário disse ser contra a retirada da obrigatoriedade da educação física no ensino médio e já propôs uma emenda para mudar isso:

— É um enorme equívoco que precisa ser corrigido.



Ana Volpeli/Agência Senado

Presidentes e líderes do Senado e da Câmara se reúnem hoje para definir projetos prioritários para modificar sistema político-eleitoral

Renan anuncia que PEC da reforma política será votada em 8 de novembro

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou que uma das propostas da reforma política, a PEC 36/2016, deverá ser votada pelos senadores em 8 de novembro. O texto passou ontem pela quarta sessão de discussão e estará pronto para ser votado em primeiro turno no Plenário do Senado após a quinta sessão de discussão.

Entre as mudanças previstas na PEC, estão o fim das coligações nas eleições proporcionais (para vereador e deputado federal e estadual) e a criação de uma cláusula de barreira para os partidos.

A pauta definitiva da reforma política, com outros projetos, será fechada numa reunião que Renan terá hoje, às 11h, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e líderes dos partidos das duas Casas.

— Há um consenso de que a reforma tem que ser uma reforma para valer — afirmou Renan, que se reuniu ontem com os líderes do Senado para tratar da questão.

Lista

A reunião de hoje terá como objetivo fazer o Senado e a Câmara trabalhar de forma coordenada na reforma política. A ideia é que as novas regras valham para as eleições de 2018. O senador José Agripino (DEM-RN) disse:

— Essas matérias podem transitar com menos facilidade na Câmara. A reunião vai avaliar as resistências. Temos que estudar a viabilidade dos temas para não perder energia discutindo coisas que não tenham conclusão.



Renan Calheiros (à esq., na 2ª cadeira) se reúne com líderes partidários do Senado para debater pauta da reforma política

Agripino elogiou as mudanças colocadas em prática na eleição municipal do domingo, que determinaram o encurtamento das campanhas e, segundo ele, deixaram a disputa “menos onerosa” para os candidatos. Para o senador, é preciso insistir em modelos eleitorais que reforcem essa tendência, como o sistema de votação por lista partidária.

Atualmente, nas eleições proporcionais, os eleitores podem votar nominalmente num candidato ou no partido como um todo. A partir do cálculo do quociente eleitoral, cada partido ou coligação ganha um número de cadeiras no Legislativo e elas são preenchidas de acordo com a ordem dos nomes mais votados.

No modelo de lista, a direção de cada partido relaciona seus candidatos numa ordem preestabelecida e o eleitor vota no partido. Uma vez designado

o número de vagas para cada legenda, elas são ocupadas segundo a ordem já definida.

Também é possível a adoção de um modelo misto: o eleitor pode votar apenas no partido ou no candidato, o que pode servir para alterar a posição desse candidato dentro da lista.

Votos nulos

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), lembrou que seu partido sempre defendeu essa ideia, enquanto os partidos que hoje compõem a base do governo a rejeitavam “por terem receio da força do PT”. Ele afirmou que esse modelo, combinado com o fim das coligações nas eleições proporcionais, vai fortalecer os partidos individualmente e reaproximar os eleitores da política.

— A adoção da lista obriga o voto partidário. Isso vai tornar as disputas mais ideológicas, o

que é bom para a democracia. Com o fim das coligações, você não vai mais votar num candidato e eleger alguém de outro partido, o que melhora a qualidade da representação.

Outro ponto destacado por Humberto em favor das listas partidárias é que elas tornam irrelevante o investimento pesado em campanhas individuais, o que evita o sucesso desproporcional de candidatos ricos, que podem financiar suas próprias campanhas.

Renan citou o alto número de abstenções e de votos nulos e em branco na eleição municipal do domingo e disse que os parlamentares precisam “reinventar a política”.

— Se a política não se reinventar, não mudar, não reformar, ela vai perder prestígio a cada eleição.

A PEC 36/2016 é dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Viana afirma que representação precisa reconquistar respeito

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que o alto índice de eleitores que não votaram no primeiro turno das eleições municipais reflete a profunda crise da representação política pela qual passa o Brasil.

— Recebemos mensagens de que temos que trabalhar profundas mudanças para que o respeito da sociedade possa voltar para a atividade política — disse.

Segundo ele, “não há hipótese de melhorar a vida nos municípios, melhorar a vida dos cidadãos, melhorar a vida das famílias em um país democrático, se não for através da boa política”.



Ano Volpe/Agência Senado

Otto quer regras para moralizar campanhas e combater caixa dois

Otto Alencar (PSD-BA) cobrou a aprovação de uma ampla reforma política capaz de moralizar as eleições, conter a proliferação de partidos e eliminar as coligações proporcionais.

O senador disse que, embora tenha havido redução na interferência de empresas nas campanhas municipais neste ano, aumentou a influência do crime no financiamento eleitoral. Ele declarou ter testemunhado, na Bahia, candidaturas bancadas pelo caixa dois do tráfico de drogas, da agiotagem e da contravenção.

— A reforma política deve ser feita como prioridade.



Ano Volpe/Agência Senado

Raimundo Lira: eleições demonstram vitória da representação popular

Raimundo Lira (PMDB-PB) chamou as eleições municipais de domingo de “vitória da representação popular”.

O senador destacou que quase 500 mil candidatos concorreram a 69 mil cargos em 5.568 cidades do país, numa disputa, muitas vezes acirrada, pelos votos dos 144 milhões de eleitores em todo o Brasil.

— Na Paraíba, foram 2,89 milhões de eleitores de 223 municípios. Eu estive em diversas dessas cidades. Percorri 5,6 mil quilômetros de norte a sul, de leste a oeste do estado. O empenho foi muito bem recompensado — afirmou.



Ano Volpe/Agência Senado

Cristovam afirma que a esquerda do Brasil precisa se atualizar

“Foi a política em geral que perdeu as eleições municipais”, afirmou Cristovam Buarque (PPS-DF).

Segundo o senador, o PT e outros partidos de esquerda perderam muitas prefeituras e vagas de vereador, mas a maior mensagem das urnas está no alto número de abstenções e de votos nulos e brancos. Para Cristovam, a visão de esquerda perdeu devido à corrupção, à inflação, ao desemprego e às promessas não cumpridas.

— Os progressistas fracassaram principalmente porque não estão sintonizados com a evolução do mundo. Ficamos para trás — observou.



Ano Volpe/Agência Senado

Para José Aníbal, “o PT e o discurso do golpe foram derrotados”

O desempenho do PSDB no primeiro turno das eleições municipais foi comemorado por José Aníbal (SP). Ele elogiou as vitórias de João Doria em São Paulo e de Firmino Filho em Teresina.

Para o senador, o PT e o discurso do golpe foram os grandes perdedores nas eleições.

— O PT perdeu 17% de seus eleitores. O brasileiro derrotou o populismo rancoroso e divisionista. Sua excelência, o povo, reencaminhou os portadores do cínico discurso do golpe para o cercadinho ideológico em que habitam as expressões mais extremadas, mais equivocadas do espectro político.



Ano Volpe/Agência Senado

Gleisi considera número de brancos e abstenções um sinal de alerta

O número de votos brancos, nulos e de abstenções em pelo menos nove capitais superou o dos primeiros colocados nas disputas, destacou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— O derrotado nas últimas eleições municipais foi o sistema político brasileiro — disse.

Para ela, as urnas mostraram um descontentamento imenso com os políticos e isso deve acender um sinal de alerta para todos os partidos. Gleisi discordou, porém, das declarações de que o resultado das eleições legitimou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff:

— Não tem como se justificar a cassação de um voto popular, conferido na eleição presidencial, com o voto popular conferido na eleição municipal.

Lídice comemora bom desempenho do PSB nas urnas na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou os bons resultados do PSB nas eleições na Bahia, onde o partido elegeu 22 prefeitos, na maioria, de médias e grandes cidades.

Ela frisou o esforço da militância do PSB baiano na conquista de maior participação na administração pública, com 5,3% das prefeituras do estado.

— Nessas eleições, passamos a representar uma população maior do estado da Bahia. Os nossos 22 prefeitos eleitos pelo partido vão representar mais de 816 mil habitantes.

Lídice também destacou o início do Outubro Rosa, campanha contra câncer de mama.



Gerardo Magela/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Georges Ferreira, Milton Costa, Gustavo Albrecht, Pedro Chaves, Fernando dos Santos e Antonio Romeiro em audiência

Empresários: táxi-aéreo está morrendo no Brasil

O aluguel caro em hangares de aeroportos, a atual classificação do serviço como “aviação geral” e a atuação de piratas reduziram o movimento do setor à metade em quatro anos, apontou audiência

A CRISE POR que passa o setor de táxi-aéreo no Brasil foi debatida ontem na comissão especial destinada a elaborar o novo Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). A brusca queda no movimento no país tem provocado quebra de empresas e desemprego, segundo os participantes de audiência. Entre as causas apontadas, estão o alto valor dos aluguéis nos hangares dos aeroportos e a classificação do serviço como “aviação geral” no atual código.

O superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (Sneta), Fernando dos Santos, apresentou dados mostrando que, nos Aeroportos de Congonhas (São Paulo), Santos Dumont e Galeão (Rio de Janeiro) e JK (Brasília), a demanda hoje é menos da metade do que era em 2012.

— Se não houver uma regulamentação mais tranquila pra este setor no novo CBA, a tendência é continuar caindo. Muitas aeronaves já estão sendo mandadas para fora do país — alertou o diretor-geral

da Emar Táxi Aéreo, Antonio Romeiro. Uma das medidas a serem adotadas, segundo ele, é estimular a ocupação dos hangares nos aeroportos por empresas do segmento, o que tem deixado de acontecer devido ao aumento nos valores dos aluguéis.

O presidente da Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção (Abtaer), Milton Costa, defendeu a desregulamentação das operações de táxi-aéreo em relação às homologações das pistas de pouso, o que dinamizaria o setor na Amazônia.

Piratas

Costa acredita que o projeto do novo CBA (PLS 258/2016) precisa estabelecer regras claras prevendo punições mais severas ao transporte aéreo clandestino.

— Se isso não ocorrer, será a morte do setor. E o número de acidentes fatais envolvendo o transporte pirata é maior do que o país imagina — disse.

O professor de direito aeronáutico Georges Ferreira,

que assessora o senador José Maranhão (PMDB-PB) na relatoria do novo CBA, garantiu que a nova lei abará penas duras aos clandestinos.

Diretor-executivo da Abtaer, Domingos Afonso de Deus cobrou a retirada do táxi-aéreo da classificação de “aviação geral”, o que possibilitará o acesso mais facilitado a incentivos fiscais, isenção de impostos e importações mais baratas de aeronaves e peças, entre outros benefícios. Segundo ele, isso iria garantir condições isonômicas entre as operadoras do segmento e grandes empresas aéreas como Gol, Latam, Avianca e Azul.

— Prestamos um serviço público como previsto na Constituição e também atuamos como concessionárias — disse.

O gerente técnico de Assessoramento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Rodrigo Alencar, e o assessor especial do Ministério dos Transportes Dario Lopes apoiaram uma maior flexibilização da atuação das empresas de táxi-aéreo no novo CBA.

Análise da MP do auxílio-doença é adiada

A análise da medida provisória que determinou a revisão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez e a votação do relatório da medida sobre privatizações no setor elétrico, que estavam marcadas para ontem, foram adiadas nas comissões mistas.

A MP 739/2016 objetiva redu-

zir os benefícios por incapacidade que estão há mais de dois anos sem passar por perícia médica. A vigência vai até 4 de novembro. O texto foi lido ontem pelo relator, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), mas os parlamentares solicitaram audiências para instruir o debate e também questio-

naram a eleição do deputado Jones Martins (PMDB-RS) para a vice-presidência da comissão.

Já a votação do relatório da MP 735/2016, sobre o setor elétrico, foi adiada para hoje às 11h30, devido a um pedido de vista coletiva. A MP perderá a validade se não foi aprovada até o dia 20.

Comissão aprova atuação de reservistas na Força Nacional

O relatório sobre a medida provisória que permite a militares na inatividade há menos de cinco anos comporem a Força Nacional em situações excepcionais foi aprovado ontem em comissão mista. Também ontem, o senador Telmário Mota (PDT-RR) foi eleito vice-presidente do colegiado.

O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi favorável à MP 737/2016, que autoriza militares dos estados e do DF a reforçarem, voluntariamente, em casos de necessidade, a segurança pública. Valadares acatou emenda do deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS) que veda o aproveitamento

de militares na reserva em razão de “doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.”

A MP prevê que os inativos aproveitados pela Força Nacional terão direito a receber diárias. Se forem vitimados em serviço e isso causar invalidez incapacitante, receberão indenização de R\$ 100 mil. Os dependentes terão direito a uma indenização no mesmo valor em caso de morte do militar.

A medida segue agora para o Plenário da Câmara dos Deputados e, depois, para o do Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão mista aprovou relatório do senador Antonio Carlos Valadares (E)

Adicional de insalubridade para agentes de saúde é vetado

Foi publicada ontem a lei que permite a agentes comunitários de saúde e de combate a endemias averbarem para aposentadoria o tempo de serviço anterior à regulamentação da profissão (Lei 13.342/2016).

O texto aprovado pelo Congresso (PLC 210/2015) foi sancionado com veto. No VET 40/2016, o presidente Michel Temer rejeitou dispositivos que previam benefícios sociais e trabalhistas para os agentes, como adicional de insalubridade, prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida e financiamento de cursos técnicos pelo Fundo Nacional de Saúde. Segundo a mensagem de veto, esses dispositivos representariam “impacto fiscal sobre o Orçamento Geral da União do Fundo Nacional de Saúde, na medida em que o rol de programas a serem custeados pelo fundo seria ampliado, podendo impactar também sobre o orçamento dos demais entes federados”.



Divulgação/SUS

Médicos e agentes comunitários atendem crianças no Rio de Janeiro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aprovados embaixadores para Omã e Mianmar

Os diplomatas José Marcos Nogueira Viana, que vai para Omã e Antonio José Maria de Souza e Silva, indicado para Mianmar, apostam no aumento das exportações

AS INDICAÇÕES DOS diplomatas José Marcos Nogueira Viana, para representar o Brasil em Omã, no Oriente Médio, e Antonio José Maria de Souza e Silva, designado para a embaixada brasileira na União de Mianmar, no sudeste asiático, foram aprovadas ontem pelo Plenário. Mais cedo, os indicados foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Viana entrou para a carreira diplomática em 1986. No exterior, serviu nas embaixadas de Paramaribo (Suriname), Viena (Áustria), Trípoli (Líbia), Genebra (Suíça) e La Paz (Bolívia). Desde 2011 é o embaixador brasileiro em Roseau, capital da Dominicana, na região do Caribe.

O diplomata informou, durante sabatina na CRE, que pretende concentrar esforços diplomáticos na exportação de alimentos para Omã. Viana explicou que o país desértico que não tem condições de produzir e importa tudo o que consome.

Além de alimentos, o embaixador afirmou que tentará ampliar a exportação de produtos manufaturados e ajudará a Embraer a ganhar espaço no país. Segundo ele, Omã é um grande importador de equipamentos de defesa e armamentos, o que abre oportunidades para a Embraer na área militar.

O Sultanato de Omã tem 3,96 milhões de habitantes. A



Na Comissão de Relações Exteriores, em reunião presidida por Valdir Raupp (C), Viana e Silva identificaram oportunidades para exportação de alimentos

embaixada do Brasil, situada na capital, Mascate, foi criada em abril de 2008. Segundo o Itamaraty, a decisão de abrir a representação levou em conta, entre outros fatores, os investimentos da Vale na construção de moderno porto de águas profundas e de uma unidade industrial para a pelotização de minério de ferro na cidade de Sohar, a 200 quilômetros da capital. O idioma oficial é o árabe e o islamismo é a principal religião do país. O sistema de governo em Omã é a monarquia.

Abertura política

O outro indicado, Souza e Silva, ingressou na diplomacia em 1976. Serviu em vários países e foi embaixador em Dili (Timor-Leste) e em Maputo (Moçambique).

Na sabatina, ele lembrou que na década de 60 foi instalado um regime de orientação comunista em Mianmar e o país ficou fechado para o resto do mundo. O processo

de abertura política interna iniciou-se nos últimos cinco anos, quando foi instituída uma nova Constituição. Com essa abertura, o país inaugurou serviço de internet e sistema de celular próprio (até então utilizava rede de celular da China).

Souza e Silva explicou que o país tem um vale extremamente fértil, com enorme potencial agrícola, e é rico em minérios. O país tem muito gás, tendo sido o maior fornecedor de petróleo para a Inglaterra antes da 2ª Guerra Mundial. Possui florestas e madeiras e uma área litorânea que lhe permitiu desenvolver indústria pesqueira relativamente importante.

De acordo com relatório do Itamaraty, o processo de democratização e reconciliação nacional são fatores adicionais de interesse econômico por Mianmar. Entre os setores mais promissores à exportação brasileira, destacam-se o de alimentos, que tem crescido a

Omã

- » Área: 309.500 km²
- » Capital: Mascate
- » População: 3,96 milhões
- » PIB per capita: US\$ 13.060
- » Exportações brasileiras: US\$ 583,946 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 72,112 milhões

Mianmar

- » Área: 676.578 km²
- » Capital: Yangon
- » População: 52,25 milhões
- » PIB per capita: US\$ 1.416
- » Exportações brasileiras: US\$ 40,14 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 2,09 milhões

Fonte: investexportbrasil.gov.br e CIA World Factbook

taxas de dois dígitos por ano, especialmente no segmento de alta qualidade, e o setor de aviação civil e militar. O indicado informou que representantes da Embraer têm visitado o país em busca de oportunidades no setor de aviação civil e militar.

Requerimento

Os integrantes da CRE aprovaram ainda requerimento

de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pedindo autorização para representar o Senado na Cúpula do Clima (COP-22), que será promovida pela ONU entre 12 e 18 de novembro, em Marrakech, Marrocos. Também foram lidos relatórios de Jorge Viana (PT-AC), de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e de Ana Amélia (PP-RS) sobre indicações de diplomatas. Foi concedida vista coletiva.

Ex-ministro de FHC vai presidir Conselho Diretor da Anatel

O Senado aprovou ontem a indicação de Juarez Martinho Quadros do Nascimento para presidir o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ele havia sido sabatinado pouco antes na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde a indicação foi aprovada por unanimidade. No Plenário, foram 49 votos favoráveis e 6 contrários.

Durante a sabatina, Quadros, que foi ministro das Comunicações em 2002 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, defendeu uma maior preocupação social nos leilões dos serviços de telefonia móvel no país, após questionamentos de senadores sobre a qualidade do serviço.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que alguns leilões de telefonia móvel preveem que o sinal tem que ser oferecido num raio de 30 quilômetros



A Comissão de Infraestrutura aprovou Quadros por unanimidade, em reunião presidida por Garibaldi Alves Filho

da sede do município, só que muitas cidades do Pará têm extensão maior que as de outros lugares.

— O mal que acontece aqui no Congresso e no Executivo é legislar como se o Brasil fosse um só. No Brasil, temos vários Brasis e, na Amazônia, várias Amazônias. Trinta quilômetros em Sergipe passam por vários municípios. No Pará é fundo de quintal, não dá para

atender nada — argumentou.

Autor do pedido de CPI para investigar a Anatel, Hélio José (PMDB-DF) fez vários questionamentos. Um dos motivos pelos quais o senador propôs a investigação é o fato de gestões anteriores serem acusadas de atuar na defesa, e não na fiscalização das empresas de telefonia. Segundo o senador, a resposta aos questionamentos poderia levar ao cancelamento

da CPI, que já recolheu todas as assinaturas necessárias para a instalação. Quadros se colocou à disposição dos senadores para esclarecer o que fosse necessário. Ele disse que manterá as portas abertas aos parlamentares.

Deca (PSDB-PB) também questionou Quadros sobre a qualidade dos serviços, lembrando o péssimo atendimento em muitas cidades do

interior da Paraíba. Para Quadros, esse problema existe em todos os estados. Ele disse ser preciso, nos próximos leilões, atentar para o lado social do serviço, e não só para a arrecadação de recursos, que orienta esse processo atualmente.

— É necessário que os editais de licitação sejam reordenados, reestruturados de forma a fazer a conexão do lado econômico com a importância social para a localidade, da cobertura e do sinal, que são demandas da população — disse o indicado.

Formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal do Pará, Quadros iniciou a carreira no antigo sistema Telebras. Trabalhou na Telepará e na Teleacre, onde chegou à presidência. Também fez parte de conselhos de administração de empresas do setor e de estatais de outras áreas. Nos últimos anos, atuou na iniciativa privada.

Em audiência pública, participantes cobraram do governo velocidade no envio ao Congresso de acordos firmados na OEA contra a discriminação racial e outras formas de intolerância

Debatedores apoiam convenções antirracismo

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE e de movimentos sindicais pediram ontem em audiência pública rapidez na ratificação de duas convenções da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o racismo, a discriminação racial e várias outras formas de intolerância. O governo ainda não enviou os textos ao Congresso, primeiro passo para a aprovação definitiva.

— Nossa tarefa é debater com a classe trabalhadora, para pressionar, para que o governo encaminhe, pois é responsabilidade dele mandar para o Legislativo. E depois fazer pressão para que sejam aprovadas aqui — disse a secretária de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria Julia Nogueira.

A primeira convenção condena qualquer distinção, exclusão ou preferência de raça, cor, ascendência ou origem étnica para restringir o exercício de direitos humanos nos Estados-partes.

A segunda trata do combate à intolerância de nacionalidade, idade, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política, posição



Presidente da CDH, o senador Paulo Paim (3º à dir.) conduz o debate com representantes de entidades sociais e sindicatos

socioeconômica, educação e condição migratória. Também condena a discriminação por incapacidades, seja por característica genética, seja por doença infectocontagiosa, psíquica ou incapacitante.

Corte

O presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), Francisco Quintino, lembrou que, com os documentos ratificados, os países reconhecem a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos para tratar do tema. Para ele, a medida só será aprovada com a união de todos.

— Os que creem e esperam uma humanidade mais fraterna e igualitária precisam nos ajudar a ratificar essas convenções — afirmou.

A representante da Internacional de Serviços Públicos (ISP), Jucélia Vargas, expressou preocupação com o que considerou um aumento do conservadorismo e da discriminação das minorias. Ela sugeriu uma carta-compromisso para demonstrar o comprometimento dos parlamentares com as convenções.

Regina Sousa (PT-PI) avaliou que as pessoas perderam a vergonha ou o medo de expressar a discriminação racial.

Para ela, somente a educação pode mudar as mentalidades. E até isso estaria em risco, na opinião da senadora, em razão do projeto que cria o Programa Escola Sem Partido (PLS 193/2016).

— A criança desde cedo deve saber que a outra não é diferente pela cor da pele — opinou.

Governo

O chefe de gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Justiça, Clever Machado, disse que o órgão se compromete com a aprovação das convenções. Para ele, os textos refletem o

amadurecimento sobre o tema no mundo.

Machado avaliou que o Brasil tem avançado gradualmente rumo à promoção da igualdade racial, com a aprovação de iniciativas como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas nas universidades e no serviço público.

O historiador Pedro Paulo da Rosa divulgou o documentário *Marcos Lord, o Pastor Drag Queen*. A obra exalta a história do carioca e professor que, mesmo gay, não abre mão da religiosidade e da fé cristã, inclusive pregando na Igreja da Comunidade Metropolitana como a drag queen Luandha Perón. “Hoje vejo que Deus é tão amoroso, mas tão amoroso que vai salvar até os fundamentalistas religiosos”, diz o protagonista no filme.

Segundo Rosa, Lord venceu desafios para alcançar respeito e a história do pastor remete ao combate à intolerância, ao racismo e à homofobia.

Procurador do Ministério Público do Trabalho, Wilson Prudente falou sobre seu livro *Justiça Global — cotas raciais no Supremo Tribunal Federal — o regime internacional de combate ao racismo*, lançado em 2015.

Relator alterará proposta sobre energia alternativa

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) discutiu ontem um projeto de lei que torna obrigatórios investimentos mínimos em pesquisa de energias renováveis. A proposta sofreu críticas e o relator, Hélio José (PMDB-DF), garantiu que vai observar as sugestões dos especialistas.

O projeto (PLS 696/2015), do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), prevê investimentos mínimos por parte das empresas do setor elétrico e da indústria do petróleo em fontes alternativas de energia.

O representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Máximo Pomper-mayer, considera prejudicial o investimento compulsório, mas reconhece o potencial do Brasil.

— Temos a plena convicção de que há uma vocação natural no Brasil para um aproveitamento diferenciado de fontes alternativas e renováveis. E também um atraso no mercado de aproveitamento e principalmente no domínio tecnológico em relação a países que não têm metade do potencial que nós temos.

O texto inicial exige que empresas do setor elétrico e da indústria do petróleo invistam pelo menos 62,5% em fontes alternativas de energia até 2039. O percentual foi considerado alto pelo representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Lousada.

— No formato que está, o ministério tem a posição de não aprovar, apesar de concordarmos que o investimento

é bastante interessante. Em energia renovável existem limitações, o fatiamento, o engessamento. E, no caso da indústria do petróleo, é exigir um investimento que não está no seu *core business*.

O relator deve sugerir alterações na proposta. Além do percentual, que ficará no máximo em 40%, vai incluir outras fontes de energia alternativa.

— Acho que a proposta colocada aqui de reconhecer todas as energias que a Aneel reconhece como renováveis é interessante. Todo tipo de energia renovável tem que ser incentivada — disse Hélio José.

O senador prometeu apresentar o relatório em novembro. Depois de aprovado na CCT, o projeto será votado por mais duas comissões.

Reforma do ensino médio será discutida em audiência pública

A Comissão de Educação, (CE) vai debater a proposta do governo de reforma do ensino médio contida na Medida Provisória (MP) 746/2016, que tramita no Congresso. Publicada em 23 de setembro, a MP institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Foi aprovado ontem um requerimento para uma audiência pública sobre a MP, assinado pelos senadores Telmário Mota (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN) e Alvaro Dias (PV-PR).

Fátima disse que a proposta já provoca polêmica, tanto por aspectos de mérito, como o fim da obrigação de disciplinas como artes e educação física, quanto pelo fato de ter sido apresentada por medida provisória.

Como uma MP entra em vigor a partir da edição, críticos do governo de Michel Temer apontam limitação do debate da reforma do ensino médio.

A medida precisa ser aprovada pelo Legislativo em 120 dias para não perder a validade. O texto passa inicialmente por uma comissão mista e depois pelos Plenários da

Câmara e do Senado.

Serão convidados para o debate, ainda sem data, representantes do Ministério da Educação, do Movimento Todos Pela Educação, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e do Fórum Nacional da Educação, entre outros.

Escola sem partido

Foi aprovado também um requerimento de Fátima Bezerra para um debate sobre o projeto que cria o Programa Escola sem Partido. Apresentado por Magno Malta (PR-ES), o PLS 193/2016 é baseado em proposta do professor Miguel Nagib, presidente da ONG Escola Sem Partido. Ainda não há data para a audiência.

Também foi aprovado um requerimento do presidente da CE, Romário (PSB-RJ), de debate sobre o cuidado integral na primeira infância, com foco nos desafios jurídicos e sociais no atendimento a crianças com deficiência.

A audiência será em 23 de novembro e realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).



Representantes de órgãos ligados ao setor de energia e petróleo debatem proposta relatada por Hélio José (2º à dir.)